



António Moura, farmacêutico e proprietário da Farmácia Avenida, em Viseu

Farmácias viseenses estão doentes. Não há melhoras e algumas vão morrer

À imagem do país, as farmácias estão a atravessar um momento delicado e a sustentabilidade do setor está em causa. Em Viseu, o cenário não é animador. Muitas farmácias correm o risco de fechar, até ao final do ano. O Jornal do Centro sabe que a Farmácia Vaz é uma das mais “doentes” da cidade e que o “medicamento” tarda em chegar. Embora não tenha sido possível falar com o proprietário, apesar da insistência, fonte de outra farmácia garantiu ao semanário que “o grande investimento realizado para adquirir um dos espaços com maior visibilidade e prestígio, realizado há cerca de dois anos, não está a ter o retorno esperado e, por isso, a Vaz está a passar por uma situação muito complicada”. Este não é caso isolado, e, de uma maneira geral, todas atravessam dificuldades. Por esse

motivo, as farmácias portuguesas foram chamadas a “pôr luto” e explicar aos utentes as razões que podem levar ao encerramento de 600 unidades, numa ação que inclui uma petição ao Governo para alterar as políticas do setor. O autocolante com a mensagem “Farmácia de Luto” está colado nos vidros de quase todas as farmácias no concelho de Viseu. E amanhã, cerca de 3.500 pessoas do setor, espalhadas pelo país, vão realizar um cortejo, em Lisboa, desde o Campo Pequeno até ao Ministério da Saúde, onde pretendem entregar a petição, que conta 100 mil assinaturas, que defende a alteração da política do medicamento.

António Moura é farmacêutico e proprietário da Farmácia Avenida, em Repeses, Viseu. Há um ano e dois meses realizou um investimento “considerá-

vel” numa farmácia “moderna, ampla e com a melhor tecnologia”, em prodo do cliente. Hoje diz não estar arrependido, mas reconhece que se fosse hoje, “não teria investido tanto e apostava num espaço mais equilibrado e de menores dimensões e que os materiais escolhidos seriam de qualidade inferior”. Apesar do cenário negro e pouco animador, António Moura “tem esperança num futuro melhor”, até lá, “vai desenvolver novas dinâmicas para aumentar o volume das vendas”.

Para o farmacêutico, o setor depara-se com três dilemas: “a diminuição administrativa do preço dos medicamentos; a redução das margens de comercialização e a redução do número de pessoas nas farmácias”. A margem de comercialização passou dos 20 para os 16 por cento e os países de referência do pre-

ços dos medicamentos para Portugal passaram a ser a Eslovénia, a Espanha e a Grécia não ajudaram o setor.

A situação é dramática e atinge farmácias, armazéns e laboratórios. “A redução brutal e descontrolada do preço dos medicamentos é, provavelmente, o maior responsável por esta situação”, lembra António Moura. E justifica: “por um lado, leva à desconfiança dos utentes, sobretudo nos genéricos, que atingem valores irrisórios o que faz com que as pessoas não acreditem que tenha o mesmo efeito e por outro lado, assiste-se ao fenómeno da exportação paralela”. De facto, “a exportação paralela de medicamentos, que tem vindo a aumentar com as sucessivas baixas dos preços, e, está a provocar um desabastecimento real do mercado nacional,

com especial destaque nos remédios para o sistema nervoso central”, concluiu um estudo encomendado pela Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (Apifarma) à consultora Deloitte. O estudo revelou ainda que, só em 2011, e numa amostra de 126 medicamentos (305 apresentações), a exportação paralela ultrapassou os 73 milhões de euros, o que representa 21% do total das exportações dos medicamentos analisados.

Os principais destinos são a Alemanha, Holanda, Reino Unido e países escandinavos onde, em média, “os preços chegam a

ser o dobro dos praticados em Portugal”.

A exportação paralela de remédios é legal desde que não comprometa o abastecimento do mercado nacional. Contudo, este estudo vem confirmar que armazenistas e distribuidores portugueses estão a exportar cada vez mais paralelamente, pois são os principais beneficiados com esta situação na medida em que as “margens [de lucro] podem chegar a ser seis vezes superiores às praticadas no mercado nacional”.

Em jeito de conclusão, António Moura está consciente das dificuldades dos viseenses e assume, com tristeza, que “conhece casos em que as pessoas não podem comprar medicamentos, porque a luz, a água e o gás também têm de ser pagos”.

FARMÁCIA DE LUTO
Não deixe que a sua farmácia encerre
Para evitar o colapso faça-se ouvir
www.farmaciadeluto.com

“A rede de distribuição de medicamentos à população está em risco”

Numa altura de crise e de grave dificuldade económica no país, como estão as farmácias do concelho de Viseu a gerir a situação?

Todo o País está mergulhado numa grave crise, com reflexo na população e nos vários setores de atividade, e as farmácias não são exceção. Este é, porém, um setor que já antes da chegada da Troika estava a ser alvo de medidas de forte austeridade, tendo vindo a ser sujeito a sucessivas reduções administrativas de preços e alterações de margem, ao longo dos últimos anos. O setor das farmácias está neste momento em colapso. Este é um fenómeno transversal a todo o País, ao qual as farmácias do concelho de Viseu não são imunes. As medidas discricionárias e não avaliadas tomadas pelos sucessivos Governos, conduziram o setor a um cenário em que a margem das farmácias não lhes permite cobrir os custos fixos. Em Portugal, em junho, havia 1.131 farmácias com os fornecimentos suspensos nos grossistas e 457 farmácias com processos judiciais para pagamento de dívidas aos grossistas. O montante global da dívida litigiosa aos grossistas era de 235 milhões de euros. Até aqui, e pelos dados entretanto recolhidos, este montante cresceu para 300 milhões de euros. A margem das farmácias não lhe permite cobrir atualmente os custos fixos e neste cenário a rede de distribuição de medicamentos à população está efectivamente em risco. É por tudo isto que as Farmácias iniciaram a 24 de setembro a

campanha de informação à população: “Farmácia de Luto”. A população tem de estar informada quanto aos reais riscos que corre de ver a sua farmácia encerrar.

O que propõe fazer para contrariar as adversidades que as farmácias enfrentam?

As farmácias estão de luto e precisam de medidas urgentes que possam permitir a sua sobrevivência imediata e um novo modelo de remuneração que possibilite a sua viabilidade a curto e médio prazo. Esta campanha de informação que estamos a dirigir à população em geral serve precisamente para alertar para a situação limite em que nos encontramos. Foram as medidas adoptadas pelo Governo que nos conduziram a esta situação e só o Governo poderá corrigir a desigualdade criada entre os diversos agentes da área do medicamento, redistribuindo com equidade os esforços a que estamos obrigados. Esta é uma equação possível, sem qualquer custo para a população.

O Jornal do Centro sabe que há farmácias no concelho de Viseu em risco de fechar a porta. Confirma esse cenário?


Como já referi este cenário de devastação que atravessa o setor das farmácias é generalizado e mesmos existindo situações efectivamente mais dramáticas, de nada serve estar a particularizar. O importante é que se perceba que, se nada for feito, as estimativas apontam para o encerramento de cerca de 600 farmácias em 2013.

Num cenário destes o acesso da população ao medicamento fica seriamente comprometido.

Qual o valor da quebra das receitas das farmácias em relação ao ano passado?

De acordo com os estudos recentemente realizados, pela Universidade de Aveiro e pela Nova School of Business & Economics, as farmácias não têm condições de sobrevivência nas condições atuais. Desde 2010, o valor das vendas nas farmácias reduziu 20%,

de euros. Em 2012, a redução do mercado continua a agravar-se de mês para mês, com -3,1% em janeiro e -15,4% em julho. Porém, o que se verifica é não haver equidade nas medidas de austeridade adoptadas pelo Governo, entre as farmácias e os hospitais. As farmácias não querem de forma alguma um tratamento de exceção nos esforços que são pedidos a todo o País, mas neste momento todos os limites foram já ultrapassados. Nas farmácias, os objectivos de poupança foram já cumpridos e excedidos em muito. Nos hospitais, os objectivos de poupança não são cumpridos e a despesa com medicamentos mantém-se praticamente inalterada. Em 2012, o SNS poupará nas farmácias em medicamentos 130 milhões de euros. Nos hospitais, tudo aponta para que o SNS gaste 186 milhões de euros acima do objectivo previsto.

 **Nos hospitais, os objectivos de poupança não são cumpridos”**

a margem bruta caiu 26%, a rentabilidade operacional das vendas diminuiu 100% e a rentabilidade líquida diminuiu 200%. Em 2012, prevê-se um resultado líquido negativo da farmácia média de (-) 40 mil euros. A margem das farmácias não lhe permite cobrir os custos de funcionamento. Em apenas dois anos, o mercado de medicamentos no ambulatorio, a que correspondem as farmácias, reduziu 731 milhões de euros. No mesmo período, a despesa pública com medicamentos em ambulatorio reduziu 602 milhões

O Jornal do Centro sabe ainda que há muitas farmácias com os stocks reduzidos ao mínimo. Tem conhecimento desta situação?

Quando estudos independentes demonstram, de forma inequívoca, que as farmácias não geram sequer recursos para fazer face aos custos fixos, e face à instabilidade dos próprios preços dos medicamentos, é natural que a gestão dos stocks tenha que ser extremamente rigorosa e que em alguns casos seja mesmo deficitária. A crise das farmácias é atualmente indissfarçável. Se nada for feito da parte do Governo para inverter a



Lucília Ribeiro Simões

Delegada regional da Associação Nacional das Farmácias

situação não me espantará que se venha a assistir, a breve prazo, a uma falha generalizada no abastecimento de medicamentos, à semelhança da que se vive na Grécia, com consequências imprevisíveis para a saúde pública.

Há pessoas em Viseu que precisam de medicamentos mas não os podem comprar porque canalizam as escassas verbas para a alimentação. Que comentário lhe merece?

Ao balcão da farmácia assiste-se diariamente a situações dramáticas, situações nas quais as far-

mácias tentam ajudar a encontrar soluções, agora com outra capacidade de intervenção no aconselhamento dos doentes, fruto da nova legislação relativa à prescrição por DCI. No entanto, há casos incontornáveis em que os doentes não tomam de facto a medicação por motivos estritamente económicos, e o mais frustrante neste processo é sentirmos que com uma gestão racional dos recursos existentes seria possível ao Estado cumprir o seu papel e dar a necessária resposta a este tipo de situações.